



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002207-98.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **ROBERTO CARLOS BOTELHO JUNIOR**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito, c.c. Dano Moral, proposta por **ROBERTO CARLOS BOTELHO JUNIOR** contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**. Aduz o autor que a cobrança de IPVA é indevida, uma vez que o veículo em questão foi sinistrado no ano de 1996, tendo havido perda total, efetivando-se a sua baixa no Detran, conforme prova o *print* no qual consta a informação de "Restrição Administrativa: veículo sinistrado", além do licenciamento relativo ao ano de 1995.

Argumenta que o protesto lhe causou dano moral, pois seu nome foi inserido no SCPC e que o crédito cobrado estaria prescrito.

Citado, o Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 24/41). Reafirma a legalidade da cobrança, bem como a inoccorrência de dano moral indenizável e de prescrição.

Foi realizada audiência de instrução, na qual foi colhido o depoimento pessoal do autor, tendo as partes reiterado as suas manifestações.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento, havendo que se fazer ajuste, apenas, quanto ao valor pleiteado a título de danos morais.

Observo, inicialmente, que não é o caso de se reconhecer a prescrição, eis que o valor cobrado diz respeito ao IPVA do exercício de 2010, não tendo decorrido o prazo de cinco anos, podendo a FESP ajuizar a ação até 2015.

No mais, observa-se que o documento de fls. 43, emitido pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

DETRAN, dá conta de que houve o "Bloqueio ativo: veículo sinistrado", tendo a inclusão no cadastro do veículo sido feita em 4/08/95. Portanto, desde àquela época o órgão de trânsito tinha ciência do sinistro, sendo certo que, no período de quase 20 anos não houve o registro de multa ou pedido de licença do veículo, tendo o último licenciamento ocorrido no ano em que ocorreu o sinistro, fatos que reforçam o entendimento de que houve perda total.

Assim, pela legislação vigente à época (Lei Estadual 6.606/89), o tributo não poderia ter sido cobrado, já que inexistente o seu fato gerador, pela perda da posse do bem.

Ocorre que o requerido não atuou de maneira diligente, pois, mesmo constando do cadastro de veículo o bloqueio ativo pelo sinistro, houve o protesto do título, pelo IPVA do exercício de 2010, acarretando flagrante dano moral.

Desta feita, tendo-se como parâmetros a extensão do dano, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização, arbitro a indenização em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, declara o inexigibilidade do débito relativo ao IPVA do exercício de 2010 e condeno o requerido a indenizar o autor na quantia de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de danos morais, corrigida do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ) e acrescida de juros de mora, a contar da citação (CC, art. 405), devendo o requerido, por consequência, providenciar a comunicação ao órgão de trânsito a desvinculação do autor em relação ao veículo, a fim de evitar cobranças futuras.

Diante da sucumbência, condeno o requerido a arcar com as custas judiciais, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios, fixados em 15% do valor da condenação.

P R I

São Carlos, 22 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**